

A IMAGEM DO ORIENTE, A IDENTIDADE PESSOAL, A VISÃO DO “NÓS” E DO “OUTRO”, NA PEREGRINAÇÃO DE FERNÃO MENDES PINTO

Maria Luísa de Castro SOARES*
Maria João de Castro SOARES**

- **RESUMO:** Os textos que descrevem experiências de viagem são, enquanto discurso sobre o estrangeiro, um instrumento de estudo da imagem cultural do país visitado e, ao mesmo tempo, constroem, pela focalização assumida, uma imagem cultural do país natural do viajante. A tradição portuguesa da literatura de viagens conheceu, com as expedições marítimas do século XVI, um florescimento que decorria da necessidade de testemunhar as descobertas efetuadas. Disso é exemplo a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, obra visada neste estudo que tem como objetivo abordar a identidade pessoal, a visão do “Outro” e do “Nós” e a imagem do Oriente, que o texto revela, apresentando ao leitor europeu o exotismo espacial e cultural das civilizações orientais.
- **Palavras-Chave:** Peregrinação. Fernão Mendes Pinto. Literatura de Viagem. Século dezasseis. Visão do oriente. Identidade Pessoal, sentido do “Outro” e do “Nós”.

Introdução

Este estudo tem como principal objetivo abordar a identidade pessoal, a visão do “Outro” e do “Nós” e a imagem do Oriente, que se revela na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, apresentando ao leitor europeu o exotismo espacial e cultural das civilizações orientais (MACHADO, 2003; MACHADO, 1983).

A relação com o Oriente, de natureza comercial, não é, como foi a estabelecida nas Américas, nomeadamente, no Brasil, uma relação *influência* (assimilação) que imprime a supremacia europeia. Na América pequenos grupos de conquistadores Espanhóis e Portugueses venceram as populações indígenas, como os índios do Brasil, e os grandes impérios locais como os dos índios Aztecas e Incas (O’BRIAN, 2009). A relação com o Oriente implicou a instalação em economias florescentes, zonas comerciais sofisticadas em

* UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Departamento de Letras, Artes e Comunicação. Vila Real - Portugal.

UC - Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras - CECH Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. Coimbra - Portugal. lsoares@utad.pt.

** UC - Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras - CECH Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. Coimbra - Portugal. msoares@fmed.uc.pt

Artigo recebido em 20/08/2019 e aprovado em 10/11/2019.

que os Portugueses eram novos, o que exigia uma relação de parceria e a negociação com o outro, com os povos da cultura de acolhimento ou que já se encontravam instalados na zona (O'BRIAN, 2009). A atestar a diversidade de povos e de culturas, no porto de Malaca podiam ser ouvidas 84 línguas (O'BRIAN, 2009). Na sua obra, Fernão Mendes Pinto também alude à diversidade de povos que se cruzavam no Oriente, à grande quantidade de embarcações aportadas nos portos, e à riqueza dos mercados locais. Por exemplo, no Sião, “[...] eram tantos os mercadores que vinham de todas as partes, que se afirmava serem entradas nesta cidade [Lugor] passante de mil e quinhentas embarcações de diversas partes, com infinidade de fazendas ricas” (PINTO, 2001, p. 116). No porto de Liampó, “estavam surtos [...] vinte e seis naus e oitenta juncos, e uma outra muito maior soma de vancões, e barças amarradas umas ante outras, que em duas alas faziam uma rua muito comprida [...]” (PINTO, 2001, p. 213). E em Pequim, Fernão Mendes Pinto, então prisioneiro, viu as suas feiras frequentes, que ofereciam um espantoso número de produtos:

Nos dois meses que aqui andámos [...], vimos algumas dez ou doze (feiras) em que havia infinita gente, tanto de pé como a cavalo, que numas caixas como de bufarinheiros vendiam quantas coisas se podem nomear, fora as tendas ordinárias dos mercadores ricos [...] com tanta quantidade de peças de sedas, brocados, telas, e roupas de linho, e de algodão, e de peles de marta e arminhos, e de almíscar, águila, porcelanas finas, peças de ouro e de prata, aljófar, pérolas, ouro em pó e em barras, que nós os nove companheiros, andávamos como pasmados. Pois se quiser falar particularmente de todas as mais coisas [...], disto tudo havia tanto que parece que faltavam palavras para o encarecer (PINTO, 2001, p. 343).

Ao invés das relações comerciais, o diálogo cultural com o Oriente trata-se de *imagem*, que é uma representação do *Outro*, é o reconhecimento de uma prática cultural diferente; é o reconhecimento da alteridade; é, no caso da *Peregrinação*, a experiência da viagem ou a presença estrangeira no imaginário do escritor.

A Literatura de Viagens e a *Peregrinação*

No século XVI, como consequência das viagens, surgem obras originais portuguesas, descrevendo os Novos Mundos encontrados.

Não raras vezes, os autores escrevem despreocupados com ornatos estilísticos, os livros ganhavam relativo interesse por saírem autenticados com o cunho da novidade, da veracidade e do saber experiencial, “o vi claramente visto” *d’Os Lusíadas*.

A geografia, os costumes e etnias humanas ignoradas, as peripécias acontecidas em climas diferentes do europeu, tudo isto é um conteúdo novo a atrair a atenção da gente culta do velho mundo (Europa).

Surge assim a literatura portuguesa de viagens, que radica na atividade dos descobrimentos marítimos e na necessidade pragmática de registar rotas, condições atmosféricas, acidentes da costa e todos os elementos passíveis de facilitar a repetição e prosseguimento dos percursos entretanto efetuados.

Assim, os roteiros e os diários de bordo, documentos técnicos para orientação náutica, são os antecedentes desta literatura, que, no entanto, começa já nesses textos a emergir em comentários que alargam a pura notação descritiva, em apontamentos de pitoresco, em descrições surpreendidas, ou em segmentos narrativos que dão conta de certo empenho na relação entre o sujeito perceptivo e o mundo que lhe vai sendo revelado.

Estão neste caso, no séc. XVI, o *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, e o *Roteiro do Mar Roxo*, de D. João de Castro. Contudo, a primeira obra de interesse decisivo neste capítulo é o *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama*, atribuído a Álvaro Velho, que permanece como um dos textos fundamentais de toda a literatura de viagens, seguido da *Carta a D. Manuel sobre o Achamento do Brasil*, de Pêro Vaz de Caminha. No âmbito historiográfico, sobressai a *Crónica da Guiné* de Gomes Eanes de Zurara, e a obra *Ásia*, de João de Barros.

No seu conjunto, estas obras podem considerar-se autênticas relações de itinerários e percursos de interesse documental.

Muitos dos escritores, que centraram as suas obras na problemática da viagem dos descobrimentos, escreveram também com uma intenção determinadamente literária. Disso são exemplos obras como o *Auto da Índia* de Gil Vicente, *Os Lusíadas* de Camões ou os relatos de naufrágio, que têm em comum o pendor pessimista e desenganado, que neles figura como uma espécie de contra-epopeia lusíada.

Neste contexto, e em lugar de destaque, surge a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, (publicada em 1614, mas escrita entre 1570-1578) (CASTRO, 1993), uma narrativa de viagens com descrição dos lugares visitados (flora, fauna, cultura) (Quadro 1).

A *Peregrinação* é uma síntese vivencial da expansão portuguesa no Oriente (LOUREIRO, 1985), em que Fernão Mendes Pinto (2001, p. 9) vai “[...] relatando as estranhas coisas que viu e ouviu... [nas] partes orientais, de que nestas do Ocidente há muita pouca notícia”, como o autor descreve no frontispício da 1ª edição da *Peregrinação*, reproduzida na edição citada neste estudo.

Peregrinaçam de Ferman Mendez Pinto, Em qve da conta de mvytas e muyto estranhas cousas que vio & ouuio no reyno da China, no da Tartaria, no de Sornau, que vulgarmente se chama Sião, no de Calaminhan, no de Pegu, no de Martuão, & em outros muyto reynos & senhorios das partes Orientais, de que nestas nossas do Occidente ha muyto pouco ou nenhua noticia. E também da conta de muytos casos particulares que acontecerão asi a elle como a outras muytas pessoas. E no fim della trata breumente de alguas cousas, & e da morte do santo Padre mestre Francisco Xauier, única luz & resplador daquelas partes do Oriente, & Reytor nella universal da Companhia de Iesus. (PINTO, 2001, p. 9).

Ao longo do século XVII a *Peregrinação* teve um enorme sucesso, como indicam as várias publicações a nível Europeu, tendo sido traduzida na Espanha (1620), França (1628), Holanda (1652), Inglaterra (1653) e Alemanha (1671) (LOPES, 2016). No quadro da conjuntura intelectual Europeia, a *Peregrinação* veio responder à curiosidade e necessidade de informação sobre o oriente.

O Mito Henriquino

António Quadros (1983, 1989) estabelece a existência de cinco mitos que compõem a chamada mitogenia portuguesa: (1) a Sublimação da mulher; (2) a Supervivência do amor; (3) o Providencialismo da História de Portugal; (4) o Encoberto; (5) o Henriquismo ou mito henriquino (centrado na figura do Infante de Sagres). As aventuras marítimas tiveram um fundamento mítico e podem ser encaradas como uma viagem ao interior de um povo que espelha, nas suas deambulações marítimas, o pulsar do ser coletivo. A obra ultrapassou os limites temporais e continuou a interessar o leitor ao longo dos séculos, a ter inúmeras reedições e a receber várias abordagens artísticas, nomeadamente, na banda desenhada (RUY, 2015), no teatro, com a peça *Fernão Mentese?*, levada a cena pelo grupo *A Barraca*, em 1981¹; na música, como são exemplos as músicas *A Nau de António Faria*, do álbum *Como Se Fora Seu Filho*, de José Afonso editado em 1983e *O Barco Vai de Saída*, do álbum *Por Este Rio Acima*, de Fausto Bordalo Dias datado de 1982². Mais recentemente, a referida peça foi novamente encenada pelo grupo *Barraca*, no ano de 2014, e a obra serviu de argumento ao filme *Peregrinação*, do realizador João Botelho em 2018.

Fernão Mendes Pinto: Vida e identidade pessoal

Fernão Mendes Pinto é o escritor, o narrador e personagem da *Peregrinação* e grande parte do que se conhece sobre a sua vida está descrita nesta obra. É um português do séc. XVI, que nasceu em Montemor-o-Velho, entre 1509 e 1511 (não se conhecendo rigorosamente a data), pouco depois da descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, por Vasco da Gama (1498), da Descoberta do Brasil, por Pedro Álvares Cabral (1500) e da missão oficial de Diogo Lopes de Sequeira (1508), que tinha como objetivo descobrir terras entre a ilha de S. Lourenço e Malaca, recolher informação sobre a China, o seu povo, o seu comércio e a sua religião (SANTOS, 1988-1989). O Quadro 1 descreve o quadro histórico-vivencial de Fernão Mendes Pinto

Em 1521, tendo já dez ou doze anos, Fernão Mendes Pinto foi levado para Lisboa, por um tio, que pretendia orientá-lo “para melhor fortuna”, ficando ao serviço “[...] de uma senhora [...] nobre e de parentes assaz ilustres” (PINTO, 2001, p. 24). Cerca de um ano e meio mais tarde, foi obrigado a fugir dessa casa, devido a um “caso”, que não descreve e que lhe “pôs a vida em tanto risco” (PINTO, 2001, p. 24). Na fuga precipitada “foi ter ao cais da pedra” e, em Alfama, embarcou numa caravela em direção a Setúbal, onde se encontrava D. João III, fugido da peste que alastrava em Lisboa. Mas, essa caravela foi abalroada e fundeada ao largo de Sesimbra por corsários franceses, e

¹ Grupo A Barraca, versão de Helder Costa, Peça: *Fernão Mentese?*, Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, FITEI, a 18 Novembro de 1981.

² *Por Este Rio Acima*, é o primeiro tomo de uma trilogia que seria completada com *Crónicas da Terra Ardente* editadas em 1994 e *Em Busca das Montanhas Azuis*, de 2011. Fausto e José Afonso compuseram canções para esta peça de teatro, cinco cada um, ressaltando-se ainda, de entre as escritas por Fausto, *A voar por cima das águas* ou *Quando às vezes ponho diante dos olhos*, e de entre as de José Afonso *Utopia*, *Canção da paciência*, *Canção do medo* e *Verdade e mentira*.

Fernão Mendes Pinto ficou pela primeira vez cativo, durante 13 dias, findos os quais ele e a maioria dos cativos foram largados, nus e descalços, na praia de Melidos, em Santiago do Cacém. Nesse local, foram acolhidos pelos habitantes e recuperaram do estado em que se encontravam. Seguidamente, Fernão Mendes Pinto partiu para Setúbal e aí ficou ao serviço de um fidalgo durante quatro anos e, posteriormente, ao serviço do Mestre de Santiago, como moço de câmara, durante ano e meio. De origem pobre e não garantindo o seu soldo a sua subsistência, partiu para a Índia, a 11 de março de 1537, à procura da fortuna, que não tinha na pátria e “disposto a toda a ventura, ou má ou boa,” que lhe sucedesse (PINTO, 2001, p. 26).

Quadro 1 – Quadro histórico-vivencial de Fernão Mendes Pinto

ANO	Vida de Fernão Mendes Pinto e referências históricas‡
1509-1511	Nascimento de Fernão Mendes Pinto (Montemor-o-Velho) (PINTO, 2001) <ul style="list-style-type: none"> • Decorria o reinado de D. Manuel I (1469 – 1521). • Conquista de Malaca, em 1511 (SANTOS, 1988-1989)
1513	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro contacto da China com navegadores ocidentais/portugueses (SARAIVA, 2004). Jorge Álvares parte de Malaca e chegou à ilha de Tamão, onde colocou um padrão (SANTOS, 1988-1989).
1516	<ul style="list-style-type: none"> • Rafael Perestelo foi incumbido pelo Governador de Malaca, Jorge de Albuquerque, de penetrar na China, com intuitos comerciais. Atingiu Cantão.
1517	<ul style="list-style-type: none"> • A frota, de que era Capitão-Mor Fernão Peres de Andrade e embaixador Tomé Pires, chegou à ilha de Tamão, em agosto de 1517. Tinha por missão oficial, o início da relação diplomática com a China. A relação comercial foi sucedida, mas a diplomática foi um fracasso (SANTOS, 1988-1989).
1518	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira visita dos Portugueses à costa da Província de Fujian. Jorge Mascarenhas foi enviado de Malaca para explorar a oportunidade de realizar trocas comerciais e a mina de ouro da ilha de Ryukyu. Parou em Chincheo, que pode fazer parte da atual costa sul da província de Fujian (CHIN, 2009, p. 119).
1521	Fernão Mendes Pinto foi para Lisboa (PINTO, 2001). <ul style="list-style-type: none"> • Teve início o Reinado de D. João III (1521 – 1557)
1522	<ul style="list-style-type: none"> • Proibição, pelo governo da dinastia Ming, das trocas comerciais entre chineses e portugueses, no seguimento de um conflito entre as forças navais chinesas e a frota de que era capitão Simão de Andrade, ocorrido na Baía de Xicao, na costa de Guangdong (Cantão). A proibição irá perdurar até 1554 (4, 5) (CHIN, 2009, p. 123).
1523	<ul style="list-style-type: none"> • Conflito armado entre o governo local de Zhejiang e as missões tributárias japoneses. O comércio marítimo regular com os japoneses foi proibido. (CHIN, 2009, p.120-121)

ANO	Vida de Fernão Mendes Pinto e referências históricas‡
1524	<ul style="list-style-type: none"> Em 1524, início e formação de um centro de comércio marítimo, realizado por mercadores portugueses, asiáticos do sudeste, chineses, japoneses internacional nas ilhas de Shuangyu, na costa de Zhejiang, e Fujian e que perdurará até 1550 (CHIN, 2009, p. 120-121). Por volta de 1550, os portugueses são autorizados pelos mandarins de Cantão a estabelecer uma feitoria na ilha de Sanchuang (SANTOS, 1988-1989).
1537 -1538	Fernão Mendes Pinto após servir numa casa nobre de Setúbal, partiu para a Índia, a 11 de março de 1537. Chegou a Diu em 1538 (PINTO, 2001).
1545	<ul style="list-style-type: none"> Achamento do Japão, chegada a Tanegashima (CHIN, 2009, p. 134; CASTRO, 1993, p. 17).
1551	Fernão Mendes Pinto e mais 30 portugueses viajam para o Japão, na nau de Duarte da Gama. Encontra-se com S. Francisco Xavier em Fucheu (Bungo) (CASTRO, 1993, p. 19)
1552	<ul style="list-style-type: none"> Morte de S. Francisco Xavier, na ilha de Sanchoão (3 de dezembro de 1552)
1554-1556	Fernão Mendes Pinto ingressou na Companhia de Jesus. A 16 de Abril de 1554, Embarcou em Goa, para o Japão, com alguns sacerdotes. Chegou a Lampacau a 7 de Maio de 1556, a Tanegachima duas semanas depois e a Fucheu (Bungo), quinze dias mais tarde (CASTRO, 1993, p. 23-26). <ul style="list-style-type: none"> Em 1554 nasceu D. Sebastião (1557-1578). Em 1555 Portuguesa comercializam na ilha de Lampacau (SANTOS, 1988-1989.)
1557	<ul style="list-style-type: none"> Em 1557, Cedência de Macau aos Portugueses (SARAIVA, 2011)
1558	Fernão Mendes Pinto regressou a Lisboa, a 22 de setembro de 1558
1578	<ul style="list-style-type: none"> D. Sebastião morreu na Batalha de Alcácer-Quibir (1578)
1570-1578	Fernão Mendes Pinto escreveu a <i>Peregrinação</i> estando a desempenhar funções de mamposteiro do Hospital de S. Lázaro de Cacilhas (CASTRO, 1993, p. 27). <ul style="list-style-type: none"> Luís de Camões morreu, em 1579
1583	Fernão Mendes Pinto morreu em Almada, a 8 de Julho de 1583 (Pragal) <ul style="list-style-type: none"> Em 1583 Filipe I (Filipe II de Espanha) foi aclamado Rei de Portugal (1581-1598) A 15 de janeiro de 1583 foi-lhe concedida uma tensa pelo rei.
1614	Publicação da <i>Peregrinação</i> <ul style="list-style-type: none"> Filipe II de Portugal (1598-1621)

‡ Algumas datas históricas podem não coincidir com as relatadas na *Peregrinação*

Fonte: Elaboração própria.

A sua vida na Ásia decorreu entre 5 de Setembro de 1537, data da chegada a Diu, e 22 de Setembro de 1558, data em que chegou a Lisboa (PINTO, 2001). Depois da sua chegada escreveu a obra *Peregrinação* (entre 1570 e 1578) para mostrar aos seus filhos os “trabalhos e perigos da vida” que passou, “como carta de Abc” para aprendessem com a sua experiência (e “que por herança” lhes deixou) (CASTRO, 1993, p. 27; PINTO, 2001, p. 23, p. 334) e também para mostrar ao mundo ocidental os novos mundos. A

8 de Julho de 1583, morreu em Almada, no Pragal, com mais de 70 anos (SARAIVA, 2011). Por Alvará de 15 de janeiro de 1583, seis meses antes de morrer, foi-lhe concedida uma tensa de dois moios de trigo, pelos serviços prestados no Oriente, pelo rei Filipe I, de Portugal. A sua vida decorreu nos reinados de D. Manuel I (1469-1521), D. João III (1521-1557), D. Sebastião (1557-1558) e Filipe I (1581-1598), assistindo à ascensão de um império, com os descobrimentos e à sua decadência, com a morte de D. Sebastião, e a consequente perda da independência.

Como Fernão Mendes Pinto descreve na *Peregrinação*, no oriente a sua vida foi marcada por experiências contraditórias, conhecendo a fortuna e a ventura e também a adversidade e a desventura. Teve variadas ocupações. Foi embaixador, comerciante, salteador e pirata, soldado e mercenário. Foi também prisioneiro e escravo, tendo sido: “ [...] treze vezes cativo e dezassete vendido, nas partes da Índia, Etiópia, Arábia Feliz, Tartária, Macáçar, Samatra e outras muitas províncias daquele oriental Arquipelago dos confins da Ásia” (PINTO, 2001, p. 23).

Tendo conhecido todos os graus de vivência social do seu tempo (LOUREIRO, 1985), na sua vida a ascensão e a queda social alternam rapidamente, por vezes, *em menos de um credo* ou *em espaço de pouco mais de três credos*³. Subjacente aos comportamentos e a toda a ação (ao mal e ao bem) da personagem António de Faria e do narrador, aos golpes da sorte ou ao acaso está Deus (Cristão), entidade providencial e organizadora da vida, que lhe dá sentido e fim (Figura 1).

O carácter individual da personagem central, António de Faria, oscila entre a simulação, a ardileza, a desconfiança, a agressividade, a crueldade vã e impiedosa, a compaixão e a bravura (Carácter picaresco; Herói pícaro ou Anti-herói). A expressão frequente do narrador de que eu também ia lá (no barco) ou eu também estava lá, e a ausência de distanciação crítica do narrador em relação às vivências, cognições, emoções e comportamentos de António de Faria, dão ao leitor a impressão de que Fernão Mendes Pinto partilha destas mesmas características, num processo de identificação projetiva. É como se o narrador projetasse partes do seu *Eu* na figura de António de Faria e, seguidamente se identificasse com ele.

A autoestima de Fernão Mendes Pinto é, por vezes, baixa, o que sobressai nas expressões “pobre de mim”, “coitado de mim”, particularmente evidenciada em situações vivenciais de má fortuna⁴, mas a sua capacidade de resiliência, de a partir do nada se reerguer é ilimitada. A sua identidade, enquanto membro de um grupo, caracteriza-se pela elevada autoestima enquanto português:

E [...] com mostra de quererem ir embora, lhes tornámos a pedir, chorando, que nos tomassem como seus cativos e nos fossem vender onde quisessem, porque para mim que era português lhe dariam em toda a parte o que pedisse. (PINTO, 2001, p. 84).

³ e. g., Pinto (2001, p. 82, p. 144).

⁴ e. g., Pinto (2001, p. 25, p. 36).

Imagem do Oriente

Vários autores exploraram a veracidade histórica da obra de Fernão Mendes Pinto e os resultados dessa investigação apontam para o facto de que o autor vivenciou realmente muito do que descreveu (CASTRO, 1993), embora possa ocorrer baixa fidedignidade a nível de alguns indicadores, como, por exemplo, a cronologia dos acontecimentos, as datas, as indicações geográficas e as distâncias (LOUREIRO, 1985). O autor pode ter deliberadamente pretendido criar no leitor a ideia de que estavam perante uma descrição elaborada a partir factos vividos ou que, se não o foram, eram pelo menos verosímeis (CASTRO, 1993). As referências histórico-geográficas podem ainda ter sido ultrapassadas pelas características romanescas das aventuras descritas, pela fecundidade da imaginação criadora, pelo exotismo, variedade e pitoresco dos seus quadros e pela minuciosidade e riqueza descritiva (PIMPÃO, 1962). Não deixamos de salientar que a forma como o observador percebe a realidade e a imagem que ele tem da mesma é influenciada por variáveis individuais e culturais, que incluem processos conscientes e inconscientes. Por outro lado, Fernão Mendes Pinto conta a sua própria história, retrospectivamente, pelo que a mesma pode estar carregada de subjetividade (LOUREIRO, 1985), carga emocional e de vieses de memória.

Os textos que descrevem experiências de viagem, incluindo a *Peregrinação*, são, enquanto discurso sobre o estrangeiro, um instrumento de estudo da imagem cultural do país visitado e, ao mesmo tempo, constroem, pela focalização assumida, uma imagem cultural do país natural do viajante.

A *Peregrinação* apresenta ao leitor europeu uma imagem do mundo, das civilizações e da vida quotidiana na Ásia, em meados do século XVI. O mundo oriental, para os Portugueses e outros Europeus, é diferente, novo, desafiador, imprevisível e exótico. Estes aspetos caracterizam a natureza (fauna e flora), as riquezas naturais (abundantes), o clima, a arquitetura das casas e dos templos, os costumes, a religião, o sistema político-administrativo, a justiça, entre outros (Figura 1).

Enquanto mercador e homem do mar, o herói da *Peregrinação* move-se particularmente no mar, na orla costeira e desagar dos rios. O que está na orla costeira foi visto; do que está no interior dos reinos asiáticos, no “sertão”, geralmente ouviu a descrição. São raras as incursões ao interior dos reinos, destacando-se, por exemplo, a realizada ao interior da China, em que Fernão Mendes Pinto e outros portugueses chegaram até Pequim, mas, na condição de prisioneiros. Desta forma, as incursões em terra parecem envolver ainda mais incerteza e perigo do que o mar⁵ (Figura 1). Razões históricas podem estar subjacentes a este facto, pois após a chegada dos portugueses à China, que, segundo Rêgo (1950), terá ocorrido em 1506 ou 1508⁶, os mercadores portugueses estabeleceram

⁵ e. g., Pinto (2001, p.142).

⁶ A 13 de Fevereiro de 1508, Diogo Lopes de Sequeira, é enviado por D. Manuel, com a missão de descobrir terras entre a ilha de S. Lourenço e Malaca e para recolher informação precisa sobre a China, o seu povo, o seu comércio e a sua religião. Mais tarde, Jorge Álvares deixa Malaca, com o intuito de obter informações geográficas sobre a China e sobre os centros mais importantes do seu comércio marítimo, chegou à ilha de Tamão, em 1513 e colocou nela um padrão com as armas portuguesas (SANTOS, 1988-1989, p. 3-4).

relações comerciais ao longo da sua costa marítima, tendo dificuldade em entrar no interior do país, e até mesmo em estabelecer feitorias na sua costa, devido a vários entraves do governo do “Filho do Sol, Leão Coroado no Trono do Mundo” (Dinastia Ming, 1368-1644) (SARAIVA; 2011, p. 12; PINTO, 2001, p. 164). Com efeito, durante um longo período, que perdurou entre 1522 e 1554, e que corresponde a grande parte da vida de Fernão Mendes Pinto no Oriente, os estrangeiros, incluindo os portugueses e, a partir de 1523 também os japoneses, estiveram proibidos de entrar na China e de comercializar nos seus portos. No entanto, apesar dessa proibição, os mercadores portugueses continuaram a realizar trocas comerciais no litoral da China de forma clandestina, como por exemplo, na costa de províncias de Zhejiang, Fujian e entre Fijian e Cantão (CHIN, 2009). Surgem, assim, uma vasta gama de ilhas e de portos, que eram usados pelos mercadores portugueses como locais para ancorar, como entrepostos comerciais ou como sedes de comércio marítimo clandestinas, como, por exemplo, Jintang (a portuguesa Liampó), Chinchéu, Damao; Shuangyu; Dadan, Wuzhouyu, Wu’ao (a portuguesa Lailo) e Nan’ao e as ilhas Meiling e Zoumaxi (CHIN, 2009).

As transações comerciais clandestinas dos portugueses com a China, eram realizadas com a aceitação velada de algumas autoridades subalternas da administração chinesa local, de alguns governadores provinciais e mandarins, que também retiravam algum proveito económico dessa atividade. Alguns oficiais locais da Dinastia Ming aceitavam suborno e eles próprios participavam na atividade de contrabando, vendendo também alguns produtos aos mercadores portugueses (CHIN, 2009).

Para a realização deste comércio marítimo contribuíram também os mercadores chineses, que devido à proibição da comercialização com o exterior/estrangeiros do governo Ming, foram impelidos a desenvolver uma atividade de contrabando, de comércio-pirataria. Alguns destes mercadores chineses que se fixaram na costa da China, realizavam transações comerciais ao longo dela e ajudavam a população residente a negociar clandestinamente com os mercadores-piratas externos. Outros mercadores não realizavam a atividade comercial marítima, permanecendo nas sedes do comércio marítimo, localizadas na China e no Japão, a apoiar os elementos do seu grupo de mercadores-piratas ou outros mercadores-piratas chineses que sulcavam o mar. Por fim, outros ainda residiam em Malaca, Siam, Patani e em outros locais do sudeste asiático e orientaram os portugueses nas suas rotas na costa chinesa, direcionaram-nos para os centros de comércio marítimo clandestino, indo mesmo, algumas vezes, a bordo dos seus navios (CRUZ, 2004). Desempenhavam ainda o papel de tradutores e de intermediários comerciais dos mercadores portugueses. Como os portugueses não dominavam a língua eram eles que, em sua representação, e sem qualquer pagamento ou depósito relativo à mercadoria, por vezes, realizavam as trocas comerciais, que vendiam aos povos locais ou que a trocavam por outros produtos e que, regressando à ilha, porto ou sede em que os portugueses estavam estabelecidos, entregavam a nova mercadoria, resultante das transações comerciais, dividindo então os lucros (CHIN, 2009). Esta atividade comercial envolvia parceria no negócio entre chineses e portugueses, mas também risco, num ambiente marcado pelo perigo dos mares, reveses do clima e pela pirataria (CHIN, 2009). No entanto, tornou-se de certa forma vantajoso, pois não envolvia o pagamento de

impostos. Para o êxito comercial dos portugueses na costa da China, contribui também o apoio dos residentes chineses, do povo local, dos pescadores locais (que serviam de guias às embarcações portuguesas).

A *Peregrinação* dá-nos conta de que os portugueses usam nas trocas comerciais juncos chineses, de que os chineses serviam de tradutores, que faziam parte dos tripulantes dos seus barcos, da cautela na entrada nos portos, que frequentemente era precedida de uma missão de avaliação da situação e procura de informação sobre o local, muitas vezes realizada à noite por dois ou três marinheiros, dos problemas tidos em algumas alfândegas e da ajuda da população local em termos de lhes prestar a informação relevante. Dá-nos conta ainda que, nos mares do Oriente do século XVI mercadores portugueses, outros europeus⁷, muçulmanos turcos e do Cairo, judeus, chineses e outros povos do sudeste asiático (e.g., malaios, jaus, javaneses, siameses), comercializavam, competiam e conviviam entre si, cruzando-se com as populações locais⁸. Assim, o mundo oriental caracterizava-se pela interação entre uma vasta diversidade de povos. Tal implicou que os portugueses entrassem em diálogo com outras civilizações, em interação com outros povos e culturas.

Mas, os portugueses, também ofereceram novidade ao mundo oriental. Segundo Saraiva (2004), o primeiro contacto dos Chineses com os navegadores ocidentais dá-se com os Portugueses que, chegaram às costas da China em 1513 (Quadro 1) e alguns povos, como os da Cochinchina nunca tinham visto portugueses. Por exemplo, na baía de Camoy, que é “onde se faz a pescaria das pérolas do Rey da China” (PINTO, 2001, p. 135) algumas pessoas, do povo local,

Entraram dentro do junco em que vinha António de Faria, porém vendo nele gente que até então nunca ali [baía de Camoy] tinham visto, ficaram muito espantados e perguntaram que queríamos, lhes foi respondido que eramos mercadores do reino de síão [...] (PINTO, 2001, p. 138).

Ainda na Cochinchina, em Mutipinão, o junco de António de Faria:

[...] surgiu no porto defronte do cais da cidade e fez sua salva com pouco estrondo de artilharia, ao que logo de terra vieram dez ou doze almadias com muito refresco, e contudo, estranhando-nos e vendo no nosso traje e aspeto que não éramos siameses, nem jaus, nem malaios, nem já tinham visto, disseram: - [...] bem assombrada parece esta tarde na presença do que temos diante dos olhos [...] (PINTO, 2001, p. 154).

Também no Japão os japoneses da calheta de Miaygimá, da ilha de Tanixumá nunca tinham visto portugueses, como indica a seguinte citação: “[...] e vendo-nos aos três portugueses, perguntou que gente éramos, porque na diferença do rosto e das barbas entendia que não éramos chins” (PINTO, 2001, p. 428).

⁷ e.g., gregos, espanhóis.

⁸ e.g., chineses, malaios, japoneses, árabes locais.

Se bem que esta descrição denote que os portugueses foram os primeiros ocidentais a percorrer algumas rotas marítimas na Ásia e a achar e contactar com algumas das suas regiões, a sua contribuição para o enriquecimento da cultura dos povos locais não se limitou ao reconhecimento de que havia um “Outro” com traços fisionómicos diferentes. Participando, na criação e desenvolvimento de uma rede de conexões comerciais marítimas que ligavam Portugal e o Ocidente aos mercados da China, do sudeste asiático e do Japão, que pode ser considerado uma tentativa para desenvolver uma rede de comércio internacional, abortada devido ao sistema repressivo da dinastia Ming (CHIN, 2009), os portugueses também trouxeram novidade a outros níveis da cultura e do conhecimento, como Fernão Mendes Pinto salienta na sua *Peregrinação*. Por exemplo, Fernão Mendes Pinto, refere que no Japão, os portugueses influenciaram a tecnologia/militar, tendo aí introduzido o uso da espingarda e da pólvora, pois “[...] naquela terra nunca se tinha visto tiro de fogo, não sabiam determinar o que aquilo era, nem entendiam o segredo da pólvora” (PINTO, 2001, p. 432). Também é valorizado o conhecimento dos marinheiros portugueses a nível do tratamento médico e de boticária e cirúrgico/tratamento de feridas (PINTO, 2001) e o seu conhecimento do mundo. Os portugueses deram a conhecer ao Oriente a existência de “outra terra”, outros reinos/povos que “habitavam no cabo da grandeza do mundo”, o mundo ocidental de onde vieram e outro por onde andaram (PINTO, 2001, p. 428), sendo os primeiros agentes de globalização.

A imagem dos outros Portugueses e o sentido partilhado do Nós

Segundo Snow (2001), a identidade coletiva pode ser considerada um processo através do qual os indivíduos, enquanto elementos da sociedade (*atores sociais*) se reconhecem a si próprios como uma coletividade, em contraste com os *Outros*. Uma componente da identidade coletiva é a perceção e o sentimento partilhado de interesses e causas comuns, o senso partilhado e interativo de um do *Nós*, enraizado nos atributos e experiências partilhadas, reais ou imaginadas. Numa perspectiva abrangente, a imagem que o narrador (Fernão Mendes Pinto) e o herói da *Peregrinação* (António de Faria) têm dos portugueses (*Outro* do mesmo grupo), enquadra-se na orgânica do poder e da burocracia portuguesa na Ásia (Figura 1).

O Rei de Portugal é uma figura que está espaço-temporalmente muito distante, que ignora muito do que se passa na Ásia. O Vice-rei da Índia é uma figura mais próxima, mas ainda distante, o que provavelmente pode ser uma consequência dos contactos serem feitos via marítima, por mercadores portugueses, em viagens atribuladas e muito demoradas. Seguem-se, em maior proximidade, os Governadores e Capitães das fortalezas, que são figuras protetoras para os portugueses na Ásia, a nível financeiro, a nível da contratação/trabalho, a nível dos cuidados de saúde e alimentação em períodos de infortúnio, funcionando como um porto de abrigo (Figura 1).

A *Peregrinação* dá-nos conta de que, apesar da atividade central dos mercadores portugueses no Oriente, como António de Faria, ser o comércio marítimo e a procura de riqueza por essa via, sempre que eram solicitados pelos Governadores/ Capitães das

feitorias abandonavam a sua atividade para participar em missões oficiais, para se colocar ao “serviço de el-rei e de Deus”, como, por exemplo, servindo como embaixadores ou cedendo homens da tripulação das suas naus, quando necessário⁹. Desta forma, os interesses coletivos do reino tinham primazia sobre os individuais.

Contudo, Fernão Mendes Pinto, não deixa de tecer críticas ao funcionamento da máquina colonial, nos seus aspetos militar, comercial e religioso (LOUREIRO, 1985). Critica os Capitães das fortalezas, que face a interesses imediatos, de natureza particular (“cobiças e interesses”), ou por “descuido”, não zelavam por manter as alianças com os reinos vizinhos aliados, o que era de extrema importância para a manutenção do poder político, económico e religioso de Portugal na Ásia. Isto é transmitido, por exemplo, pelas palavras do rei de Aaru, aliado dos portugueses:

Certo que se o rei de vós outros Portugueses agora soubesse quanto ganhava em me eu não perder, ou quanto perdia em os achéns me tomarem Aaru, ele castigaria o antigo descuido de seus capitães, que, cegos e atolados em cobiças e interesses, deixavam que este inimigo criasse tanta força e tanto poder que temo que já quando quiser refreá-lo, não possa, e se puder, que há-de ser a lhe custar muito do seu. [...] E por derradeiro juntou que ao rei que queria cumprir inteiramente com a obrigação do ofício que tinha, e que pelas armas havia de conquistar e conservar povos apartados da sua terra, tão necessário lhe era castigar os maus, como premiar os bons (PINTO, 2001, p. 79).

Numa perspetiva de gestão, racionalização do sistema, minimização dos gastos e otimização dos lucros, refere ainda a insensatez da presença portuguesa na Índia, que exige um investimento humano e material desproporcional aos ganhos obtidos em termos económicos e religiosos (LOUREIRO, 1985).

Mais na base da pirâmide dessa estrutura orgânica encontram-se todos os portugueses que navegam, mercam e residem no oriente: são mercadores, soldados, piratas, mulheres e crianças. Os portugueses, a viver ou a navegar/mercar no oriente, reconhecem-se como membros de uma comunidade e a relação entre eles caracteriza-se pela proteção mútua e entreajuda. O herói, António de Faria e o narrador, Fernão Mendes Pinto, estabelecem uma aliança empática com os outros portugueses, qualquer que seja a sua posição social ou idade, num enquadramento cognitivo-emocional e comportamental de defesa de Portugal e de espírito de cruzada. Na Peregrinação, tudo se passa como se o ato praticado contra os portugueses/cristãos fosse vivido como um ato praticado contra o próprio, enquanto português/cristão, competindo ao herói defender os outros portugueses, Portugal e Deus (Cristão)¹⁰. Pode-se falar, a este nível, de um sentido de *nós*, ancorado nas experiências partilhadas e na memória de um povo, isto é, de uma identidade coletiva, em que se firma a ação coletiva com motivações comuns (SNOW, 2001). O sentido de *Nós* e a *ação coletiva*, isto é, as componentes da identidade coletiva, podem, assim, surgir e evoluir (mudar, transformar-se) durante o decurso da inter(ação), e a sua ativação envolve

⁹ *e.g.*, Pinto (2001, p. 31, p.41).

¹⁰ *e.g.*, Pinto (2001, p. 146-147).

carga afetiva e, por vezes, moral (SNOW, 2001). A nível dessa ação, a imagem dos portugueses é também a de um povo caracterizado pelo destemor e bravura, pois,-

[...] quanto a acometer os turcos, por nenhum motivo deixaria de o fazer porque não era costume dos portugueses deixarem de pelejar por medo de os inimigos serem muitos ou poucos, pois quantos mais fossem, tanto maior seria a vitória (PINTO, 2001, p. 44).

Imagem dos Outros Povos: O Outro

A imagem que o herói e o narrador da *Peregrinação* têm do *Outro* (Outro que não é do mesmo grupo) é uma visão bipolarizada, com dois extremos (Figura 2). Num dos extremos encontra-se a visão positiva, que é relativa aos povos amigos. Estes são geralmente os reis locais aliados (árabes, muçulmanos como, por exemplo o rei de Aarão), o povo local e alguns mercadores (não muçulmanos ou que, sendo muçulmanos, se converteram e seguem o cristianismo) (PINTO, 2001).

No outro extremo está a visão negativa do outro, que é relativa aos inimigos. Estes são geralmente mercadores, piratas e reis não aliados, particularmente muçulmanos ou povos convertidos ao islão. Fazem também parte deste grupo os convertidos ao cristianismo e que renegaram a fé, como por exemplo o chinês cristão Francisco Sá, que tinha também o nome gentio Necodá Xicaulém (PINTO, 2001).

Mas se os portugueses têm uma visão e atitude negativa em relação aos muçulmanos, esta também se verifica em sentido inverso, isto é, dos muçulmanos em relação aos portugueses. Um exemplo desta visão negativa bidirecional é a que transparece nas formas de tratamento. Os portugueses referem-se aos muçulmanos como *demónio em carne*, *caciz da seita mafomética*, *caciz da maldita seita*, *perro*, *cão* e aos turcos como *nostros capitais inimigos*¹¹ ou como inimigos da Santa Fé¹². Por sua vez, os muçulmanos referem-se aos portugueses como *cães do cabo do mundo* (PINTO, 2001, p. 93).

Logo na parte oriental de África, perto de Arquico (Etiópia) e depois em Meca os turcos trataram os portugueses com base em divergências religiosas.

Porém, acudindo-lhe então as outras duas, [...] lhe lançaram dentro quarenta turcos, com o qual socorro ficaram os nostros de todo rendidos, e de tal modo foram tratados que dos cinquenta e quatro que eram ao todo, só onze ficaram com vida, dos quais ao outro dia faleceram dois que os turcos cortaram em quartos e como sinal de triunfo os levaram pendurados nas pontas das vergas até à cidade de Meca [...]. A gente do povo, vendo-nos chegar assim presos e conhecendo que éramos cristãos cativos, foram tantas as bofetadas que nos deram que em verdade afirmo que nunca cuidei que escapássemos dali com vida, pois que, pelo que o caciz dizia, ganhavam indulgência plenária por nos insultarem e maltratarem. [...] Desta

¹¹ e.g., Pinto (2001, p. 43).

¹² e.g., Pinto (2001, p. 44).

forma fomos levados por toda a cidade a modo de triunfo, com grandes gritarias e tangeres; e até as mulheres encerradas e os moços e os meninos nos lançavam das janelas muitas panelas de urina, em insulto e desprezo do nome cristão. (PINTO, 2001, p. 35).

Outro exemplo da inimizade dos muçulmanos em relação aos portugueses diz respeito à forma como os prisioneiros portugueses foram tratados, mesmo depois de mortos, como mostra a transcrição seguinte.

O mocadão da masmorra, que era o carcereiro daquela prisão, logo que os viu mortos deu logo rebate disso ao aguazil da justiça [...] o qual veio em pessoa [...] e lhes mandou tirar os grilhões e algemas com que ambos estavam presos, e mandando até-los cada um com sua corda aos pés, os tiraram para fora de rastos, e assim foram levados por toda a cidade com grande soma de moços que os iam apedrejando. Até os lançarem no mar (PINTO, 2001, p. 36).

Num outro episódio descrito na *Peregrinação*, os portugueses não foram enterrados, porque o seu corpo poderia amaldiçoar o chão:

E neste dia nos faleceram três portugueses, dos catorze que achamos perdidos [...] e cinco moços cristãos, os quais todos lançamos de noite ao mar [...] porque na cidade não no los queriam enterrar [...] dando por razão que ficaria a terra maldita e incapaz de poder criar coisa alguma (PINTO, 2001, p. 109).

A visão do povo chinês é condicionada pela proibição do governo Ming das trocas comerciais com estrangeiros/portugueses e da sua entrada no país, como já foi referido. O contrabando pode gerar relações de aliança e de traição, amigos e inimigos. No entanto o comércio marítimo na Ásia no século XVI, que envolveu Portugal, China, Japão e outros países do sudeste asiático, fundamentou-se na aliança entre os mercadores portugueses, os mercadores chineses, alguns membros da autoridade local e o povo chinês.

Não se verifica na obra uma desvalorização etnocêntrica dos povos locais, mesmo quando professam uma religião gentia. O atracar num porto acompanhava-se frequentemente da oferta de refresco por parte das populações locais. Até quando estavam desconfiados quanto à atividade de saque/pirataria dos mercadores portugueses, como ocorre no encontro com os pescadores de pérolas da Baía de Camoy (Cochinchina), eram cordiais, prestáveis, amistosos e geralmente forneciam a informação solicitada pelos portugueses e outra que lhes era necessária, mesmo quando não era pedida, como mostram as seguintes citações:

E pois ele [António de Faria] era estrangeiro e não sabia o costume e as leis daquela terra, o avisaram para que fosse logo antes que viesse o mandarim da armada [...] porque se ali os achasse, soubesse certo que lhe havia de queimar as embarcações (PINTO, 2001, p. 138, p. 142).

Porém [António de Faria] foi avisado por uns pescadores que se tomaram de noite, que por nenhum caso fosse surgir à cidade, porque já lá se sabia o que ele fizera àquele ladrão [Necodá Xicaulém], com o qual o Chiléu, capitão e governador daquela província, tinha feito parceria, e lhe dava a terça parte de todas as presas que fazia [...] (PINTO, 2001, p. 147-148).

Do povo Japonês a obra oferece-nos uma visão positiva, considerando-o “bem inclinado” e conversador, amigoso, sociável, com gosto pela zombaria, pelo jogo de palavras e pelo exercício militar, sendo ainda hospitaleiro e curioso, ávido de novo conhecimento (PINTO, 2001, p. 429, p. 431, p. 433).

Também não se observa uma desvalorização etnocêntrica dos usos e costumes dos povos locais, que para o português/europeu se caracterizam pela novidade. São exemplos a forma como é descrito o costume hindu do sacrifício “suttee”, da imolação pelo fogo da viúva na pira funerária do marido, o ajuste de contas na China (PINTO, 2001), os utensílios para comer, sendo que “[...] em todo aquele império chinês se não costuma comer com as mãos, como nós fazemos, senão com dois paus feitos como fusos” (PINTO, 2001, p. 260), o facto de todo o tipo de carne se comprar para a alimentação (leitões, cágados, rãs, lontras, cobras, enguias, caracóis e lagartos), o facto de comerem cão (PINTO, 2001), o significado de alguns gestos, como o “meter o dedo na boca, que entre eles é sinal de grandíssimo espanto”; a “venda de pescado vivo que está em grandes tanque e charcos de água”; o facto de na China “tanta ser a gente que vivia pelos rios como a que habitava nas cidades e vilas” (PINTO, 2001, p. 304), as cidades moveiças, que se faziam nos rios, em embarcações. E sobre as mulheres tocadoras de música, que acompanhavam a noiva, o autor refere que “sabiam tanger... ao costume da China” (PINTO, 2001, p. 150) e que o cháem “trazia [...] seis mulheres [...] tangendo em instrumentos suaves e cantando ao som deles, com que fazem música a seu modo muito bem concertada” (PINTO, 2001, p. 339). No entanto, as diferenças culturais dão, por vezes, aso a interpretações errôneas. Um exemplo, é o episódio em que o mandarim de Nouday se ofende pelo facto de António de Faria referir que el-rei de Portugal é irmão de el-rei da China, tendo cortado as orelhas e açoitado os dois homens que lhe entregaram a carta que o referia (PINTO, 2001). Um outro é o episódio da noiva que, de barco, e em festa vai ao encontro do noivo:

E depois de estarmos aqui surtos treze dias sobre a amarra [...] vieram dar de rosto conosco quatro lanteas de remo [...], em que ia uma noiva [...] e como todos vinham de festa, eram tantos os atabaues, e bacias, e sinos com que tangiam, que não havia quem se pudesse ouvir com a vozearia e matizada deles, e, não entendendo os nossos o que isto podia ser, lhes pareceu que eram espias a mandado de Tanauquir que podia vir em busca de nós (PINTO, 2001, p. 138).

Geralmente, também não se verifica uma atitude etnocêntrica na abordagem da diversidade de crenças religiosas/rituais religiosos locais, mesmo quando adoravam “ídolos” (PINTO, 2001, p.145), mesmo em relação a crenças religiosas monoteístas mas não cristãs, como em Mutipinão, tendo entendido que “[...] não tinha esta gente

até agora notícia nenhuma da nossa verdade” (PINTO, 2001, p. 153). Se, no entanto, uma atitude mais etnocêntrica, por vezes possa assolar, geralmente pela designação de “religião gentílica” ou “gentílica seita”¹³, a carga emocional que está associada à mesma não é elevada. Tendo implícita a crítica aos padrões morais e às motivações primárias mercantis dos portugueses, é mesmo considerado que os gentios, por vezes, até defendem valores morais mais elevados do que os próprios portugueses/cristãos. A exceção é a abordagem da religião dos muçulmanos/ mouros, em relação à qual se manifesta um verdadeiro espírito de cruzada. Desta forma, a identidade coletiva na obra *Peregrinação* opera, por vezes, com pretensões (normativas, morais, cognitivas) em relação à identidade do *Outro* (SNOW, 2001), particularmente no que diz respeito aos muçulmanos e à sua religião. A religião maometana é referida como “seita mafomética”, “triste seita de Mafamede”, “seita do Diabo”, “superstições da maldita seita”¹⁴ e o Alcorão como “livro da sua seita”¹⁵.

Conclusões

A vida de Fernão Mendes Pinto no oriente é caracterizada por uma alternância rápida entre a adversidade/desventura e a fortuna/ventura. O meio, a natureza e o mar caracterizam-se pela novidade, o exotismo, pelo imprevisto e por alguns perigos. No entanto o meio preferencial, aquele em que um mercador/marinheiro se move, que mais conhece e parece ser mais seguro é o mar e orla costeira (Figura 1). Com efeito, isso relaciona-se com o facto da Dinastia Ming ter proibido a entrada de estrangeiros e as trocas comerciais marítimas dos mercadores chineses com os mercadores portugueses entre 1522 e 1554. No entanto as mesmas continuaram a realizar-se, mas de forma clandestina, em algumas ilhas e portos da costa chinesa.

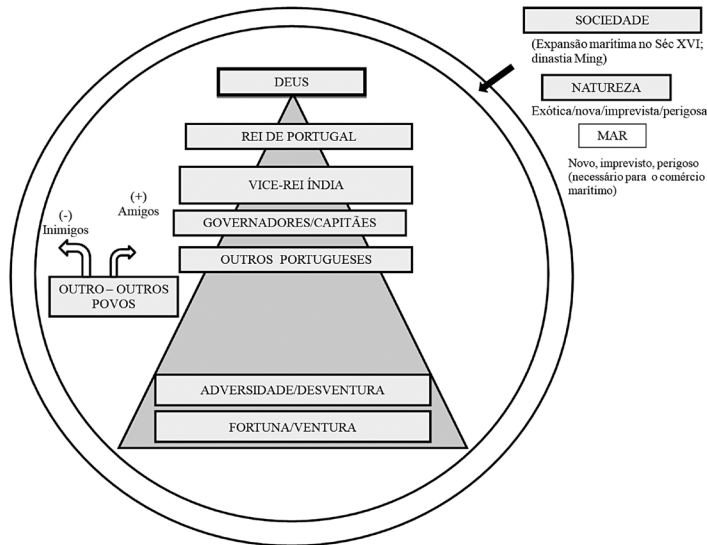
A visão do outro e dos outros povos é bipolarizada. No polo positivo encontram-se os amigos e no negativo os povos inimigos, sendo estes particularmente os muçulmanos, os mouros não convertidos ao cristianismo e os cristãos que renegaram a fé. A proteger o herói e Fernão Mendes Pinto contra a adversidade encontram-se os outros portugueses e toda a orgânica administrativa/política do governo português, estando particularmente próximos os governadores e capitães das fortalezas, os outros portugueses e acima de tudo quanto é terreno, está Deus (cristão). Deus/Cristo é a entidade organizadora a vida e subjacente a todos os atos praticados, incluindo os bondosos e os mais atrozos (Figura 1).

¹³ *e. g.*, Pinto (2001, p. 275, p. 303).

¹⁴ *e. g.*, Pinto (2001, p. 83, p. 186).

¹⁵ *e. g.*, Pinto (2001, p. 100).

Figura 1 – Esquema síntese da visão do mundo e do outro em Fernão Mendes Pinto



Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à imagem civilizacional dos outros povos, a atitude antropológica do autor/ narrador é de abertura em relação à cultura e aos valores estranhos ao mundo Europeu. A sua escala de valores abre-se à diferença civilizacional, sendo, por vezes, os valores da civilização valorizados e tomados como referência (LOUREIRO, 1985).

Globalmente, não existe uma atitude etnocêntrica na visão civilizacional do outro. No entanto, a visão civilizacional dos muçulmanos não aliados e dos mouros que reinam e/ou mercam no Oriente é extremamente influenciada pelo espírito de cruzada. Eles são vistos como um inimigo. Essa relação “retrata o conflito milenar entre Cristãos e Muçulmanos” (NEPOMUCENO, 2016) e é bidirecional.

Para a construção de uma imagem - que é uma representação - há sempre em jogo o encontro de uma realidade diferente, uma “tomada de consciência [...] de um *eu* em relação a um *Outro*, de um *aqui* em relação a um *algures*” (MACHADO; PAGEAUX, 2001, p. 42).

Assim sendo, toda a *imagem* do *Outro* implica necessariamente “uma distância significativa entre duas realidades culturais” (MACHADO; PAGEAUX, 2001, p. 43). E a alteridade só se define, porque há uma imagem da identidade, sendo que, segundo Machado e Pageaux (2001, p. 157), o estudo da dimensão estrangeira é sempre a busca de conciliar “duas palavras-chave”: *encontro* e *diferença*.

SOARES, M. L. C.; SOARES, M. J. C. The image of the East, the personal identity, the view of “we” and “the other”, in *Pilgrimage* of Fernão Mendes Pinto. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 59, n. 1, p. 115-133, jan./jun. 2019.

- **ABSTRACT:** *The texts describing travel experiences are a discourse on the foreigner. They are instruments to study the cultural image of the visited country and, at the same time, by the focus assumed, they build a cultural image of the traveller's natural country. The Portuguese tradition of travel literature has a notorious flowering with the maritime expeditions of the sixteenth century, which is stemmed from the need to witness the discoveries performed. This is exemplified by the Peregrinação of Fernão Mendes Pinto, a work that is the focus of the present study. The aims of the present study are to explore the personal identity, the vision of the “Other” and of “We” and the image of the East revealed in Peregrinação, a work which provides to the European reader the spatial and cultural exoticism of the Eastern civilizations.*
- **KEYWORDS:** *Pilgrimage. Fernão Mendes Pinto. Travel literature. Sixteenth century. The vision of the East. Personal identity, the sense of the “Other” and of “We”.*

Referências

CASTRO, A. **De Montemor-o-Velho às ilhas do Japão:** a Peregrinação de Fernão Mendes Pinto e o encontro de culturas. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993.

CHIN, J. K. The Portuguese on the Zhejiang and Fujian coast to 1550 as seen from contemporary Chinese private records. In: CHIN, L. F. **Macau during the Ming Dynasty**. Lisbon: Centro Científico e Cultural de Macau, 2009. p. 119-137.

CRUZ, G. Treatise in which the things of China are related at great length, with their particularities, as likewise of the kingdom of Ormuz. Composed by the Rev. Father Fr. Gaspar da Cruz of the Order of Saint Dominic. Dedicated to the most Powerful king Dom Sebastian our Lord. Print with licence, 1569. In: BOXER, C. R. **South Chine in the sixteenth century**. Bangkok: Orchid Press, 2004. p. 191-194.

LOPES, M. S. Peregrinação by Fernão Mendes Pinto: a source of knowlegdge. In: LOPES, M. S. **Writing new worlds:** the cultural dynamics of curiosity in early modern Europe. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2016. p. 145-156.

LOUREIRO, R. Possibilidades e limitações na interpretação da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto. **SRAZ, Studia Romanica et Anglica Zagrabiensia**, Zagreb, v.29/30, p. 229-250, 1985.

MACHADO, A. M. **O mito do oriente na literatura portuguesa**. Lisboa: Bertrand, 1983.

- MACHADO, A. M. **Do ocidente ao oriente**: mitos, imagens, modelos. Lisboa: Editorial Presença 2003.
- MACHADO, A. M.; PAGEAUX, D.-H. **Da literatura comparada à teoria da literatura**. 2.ed. Lisboa: Presença, 2001.
- NEPOMUCENO, L. A. Religião e identidade na Peregrinação de Fernão Mendes Pinto. **Revista do SELL**, Uberaba, v. 5, n. 4, p. 1-15, 2016.
- O'BRIAN, P. Introduction. *In*: O'BRIAN, P. **European perceptions of Islam and America from Saladin to George W. Bush. Europe's fragile ego uncovered**. New York: Palgrave and Macmillan, 2009. p. 3-18.
- PIMPÃO, A. J. Introdução. *In*: PINTO, F. M. **Peregrinação**. Porto: Portucalense Ed., 1962. p. 23-39.
- PINTO, F. M. **Peregrinação**. Lisboa: Relógio de Água, 2001.
- QUADROS, A. **Poesia e filosofia do mito sebastianista**: o sebastianismo em Portugal e no Brasil. Lisboa: Guimarães Ed., 1983. p. 129-130.
- QUADROS, A. **A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos 100 anos**. Lisboa: Fundação Lusíada, 1989.
- RÊGO, F. C. **Macau**. Macau: Imprensa Nacional, 1950.
- RUY, J. **Fernão Mendes Pinto e a sua Peregrinação**. Adaptada em banda desenhada. 4.ed. Lisboa: Âncora, 2015.
- SANTOS, I. As relações luso-chinesas através de Macau nos séculos XVI e XVII. **RC, Revista de Cultura**, Macau, v. 2, n. 7/8, p. 1-9, 1988-1989.
- SARAIVA, R. **Ventos de este, ventos de oeste**: a questão de Macau nas relações internacionais luso-chinesa. Revisão e atualização do relatório de mestrado de relações internacionais. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 2004.
- SARAIVA, A. Curiositas: a Peregrinação de Fernão Mendes Pinto revisitada: a sua teoria moderna da viagem. **CEM Cultura Espaço & Memória**, Porto, n. 1, p. 129-142, 2011.
- SNOW, D. A. Collective identity and expressive forms. *In*: SMELSER, N.; BALTES, P. D. **International encyclopedia of the social and behavioral sciences**. Oxford: Pergamon Press, 2001. p. 2212 - 2219.